ALTHEMAN, Francine

Mestre em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero.
<franaltheman@gmail.com>

MARTINO, Luís Mauro Sá

Professor do PPG-Com da Faculdade Cásper Líbero.
Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP.
<Imsamartino@gmail.com>

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro

Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG.
Doutora em Comunicação Social pela UFMG.
<angelasalgueiro@gmail.com>

O potencial deliberativo de conversações políticas sobre o Projeto de Lei do Ato Médico no YouTube

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as possíveis contribuições deliberativas de conversações políticas on-line acerca do Projeto de Lei do Ato Médico, que possui o objetivo de regulamentar a profissão dos médicos no Brasil. Foram analisados comentários postados espontaneamente no YouTube, a partir da veiculação de dois vídeos contra o Projeto de Lei do Ato Médico: o “Ato Médico Não” e “Diga Não ao PL do Ato Médico”. A discussão on-line gerada por esses vídeos nos revela que conversações políticas nas redes sociais podem, potencialmente, garantir a formação de esferas públicas nas quais trocas argumentativas são pautadas pela justificação crítica e racional de pontos de vista, pela revisão de perspectivas; pelo desenvolvimento de capacidades comunicativas e reflexivas e pelo exercício da reciprocidade.

Palavras-chave: Esferas públicas; Processo deliberativo; Conversação Política; Youtube; Projeto de Lei do Ato Médico.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the possible deliberative contributions of political conversations on-line concerning the Medical Act Bill, a regulatory framework of medical profession in Brazil. We have analyzed spontaneously posts on YouTube about two specific videos against the Medical Act Bill: “No Medical Act” and “Just say no to the Medical Act Bill”. The online discussion generated by these videos shows that political conversations online can potentially contribute to the formation of public spheres in which argumentative exchanges are drive by critical and rational justification of points of view, for the revision of perspectives; for the development of communicative and reflexive capacities, and for the exercise of reciprocity

Keywords: Public spheres; Deliberative process; Political Conversation; Youtube; Medical Act Bill.

O potencial deliberativo de conversações políticas sobre o Projeto de Lei do Ato Médico no YouTube

[The deliberative potential of political conversations about the Medical Act Bill on YouTube]

ALTHEMAN, Francine

MARTINO, Luís Mauro Sá

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro

Uma esfera pública é constituída quando indivíduos consideram que há uma questão que os afeta coletivamente e tentam construí-la como problema, ao mesmo tempo em que instauram uma situação comunicativa de interlocução na qual performam ações discursivas que visam alcançar o entendimento recíproco através do oferecimento de razões e justificativas para seus pontos de vista. Uma questão considerada de interesse coletivo tem o potencial de gerar debates e conversações espalhados na sociedade e, com isso, de fazer emergir várias esferas públicas nas quais sujeitos e grupos diferentemente situados na sociedade se engajam em trocas discursivas a fim de definir o problema que os aproxima e, assim, buscarem melhor entendê-lo e/ou solucioná-lo. Desse modo, uma esfera pública é parte de uma “engrenagem social voltada para a solução coletiva de um problema definido na interação” (Gomes, 2008:120). Ela é uma estrutura social orientada pela razão comunicativa e opera a partir de um processo deliberativo que se inicia entre interlocutores que buscam, através da obediência a determinados princípios normativos (inclusividade, igualdade, reflexividade, reciprocidade, racionalidade etc.), entender o que está em causa e buscar a solução que atenda, de forma justa, às demandas de todos e de cada um.

Tomando como ponto de partida os estudos de Habermas (2003, 2006) sobre o modelo de democracia deliberativa e as críticas a ele endereçadas, este artigo se propõe a refletir sobre como os meios de comunicação, sobretudo os dispositivos digitais, poderiam potencializar as conversações e trocas argumentativas sobre problemas coletivos, permitindo uma maior articulação de pontos de vista e proposições de apreensão e solução para tais problemas. Afinal, quando afirmamos que o processo deliberativo só faz sentido atualmente se pensado como uma articulação de arenas

comunicativas diferentemente situadas (em sua maioria no tempo e no espaço), não podemos esquecer do papel desempenhado pelos meios de comunicação e sobretudo pelos espaços de troca discursiva na internet.

As redes sociais se apresentam hoje como espaços de troca comunicativa que alimentam processos deliberativos mais amplos (que se desdobram em espaços administrativos, institucionais, do cotidiano e da mídia), ao promoverem situações de conversação que levam potencialmente à formação de esferas públicas e ao desenvolvimento de capacidades argumentativas e reflexivas. A conversação política on-line é extremamente importante para estruturar e fortalecer processos deliberativos, sobretudo porque ao articular diferentes esferas públicas, demanda que os sujeitos que nelas interagem tenham tido a oportunidade de desenvolver suas capacidades argumentativas e reflexivas (Maia, 2008a; Altheman, 2012). A conversação on-line, portanto, pode incentivar os sujeitos a aprimorar formas de pensar, de formular verbalmente, interpretar, argumentar e agir sobre questões políticas que afetam diretamente suas próprias vidas e de outros (Conover, Searing e Crewe, 2002).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as possíveis potencialidades deliberativas de conversações políticas on-line acerca do Projeto de Lei do Ato Médico, que possui o objetivo de regulamentar a profissão dos médicos no Brasil. A escolha deste projeto deve-se ao fato de o considerarmos como a proposição de normas que, embora pareçam afetar particularmente um grupo de pessoas (profissionais da área da saúde), atingem a sociedade como um todo e, por isso merecem ser debatidas coletivamente. Desde que foi proposto no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Ato Médico gerou controvérsias, pois afeta médicos, profissionais de outras áreas da saúde e a sociedade como um todo. Assim, audiências, debates, conversas informais e mesmo a comunicação midiaticizada passaram a conferir visibilidade e a discutir o tema de forma intensa. Foram analisados comentários postados espontaneamente no YouTube, a partir da veiculação de dois vídeos contra o Projeto de Lei do Ato Médico: o “Ato Médico Não” e “Diga Não ao PL do Ato Médico”. A discussão on-line gerada por esses vídeos revela que conversações políticas nas redes sociais podem, potencialmente, garantir trocas argumentativas pautadas pela justificação crítica e racional de pontos de vista, pela revisão de perspectivas, pelo desenvolvimento de capacidades comunicativas e reflexivas e pelo exercício da reciprocidade. É preciso destacar que não se trata aqui de estudar a deliberação on-line, mas de salientar as contribuições que as conversações políticas no Youtube podem trazer à deliberação sobre problemas e questões de interesse da coletividade. Mas antes é importante conceituar a teoria deliberativa proposta por Habermas e as críticas feitas a ele.

Teoria deliberativa: conceitos e críticas

Segundo Habermas (2003), a deliberação é um processo discursivo acerca de um tema/problema que não ocorre somente em um local e tempo definidos; que demanda dos interlocutores o uso da razão e da ação comunicativa de modo a construir uma dinâmica cooperativa de expressão e de justificação capaz de aproximar e frequentemente de conectar as diversas discussões que ocorrem em diferentes esferas públicas formadas em múltiplos contextos do cotidiano. O processo deliberativo comportaria uma série de conversações cotidianas e modos discursivos que circulariam e tomariam forma em diferentes contextos comunicativos potencialmente articuláveis. Tal processo assume então a forma de uma “rede de discursos e negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas” (Habermas, 2003:47). Nesse sentido, a deliberação envolve um processo político e social de comunicação, que pode conectar esferas formais e informais de discussão, além de diferentes atores e discursos, configurando “uma rede pública e inclusiva de esferas que se sobrepõem umas às outras, cujas fronteiras reais, sociais e temporais são fluidas” (2003:33).¹ Para tanto, é necessário que os indivíduos saibam fazer um uso cooperativo da linguagem para argumentar, considerar a opinião do outro, refletir e simultaneamente interpelá-lo, convencendo-o e se deixando convencer. Os atores sociais que se propõem a participar do processo deliberativo estão expostos a opiniões com as quais nem sempre concordam, mas devem se comprometer a considerá-las e a demonstrar, em seus próprios argumentos, que as conhecem.

O engajamento na deliberação requer, de acordo com o ideal habermasiano, que todos os participantes sejam capazes de formular razões próprias e passíveis de serem compreendidas e aceitas; de iniciar debates e interpretar suas necessidades de maneira reflexiva, expondo seus interesses sob uma perspectiva generalizante (ponto de vista moral)², sem que haja desigualdades de acesso e de poder. O alto grau de exigência associado ao modelo deliberativo de democracia lhe rendeu várias críticas. Autores como Kohn (2000), Fraser (1990), Young (2001), Shapiro (1999), Mouffe (2005) e

¹ Não podemos pressupor que o processo deliberativo sempre é capaz de conectar as diferentes esferas de debate que se formam em diferentes âmbitos sociais para a discussão de uma questão pública. Afinal, como salienta Habermas, “nem tudo o que merece ser objeto de uma discussão política é levado para uma regulação política. E nem toda regulação política toca em competências privadas” (2003:40).

² Segundo Habermas, ao nos perguntarmos o que é igualmente bom para todos, adotamos um ponto de vista moral e alcançamos um interesse passível de ser generalizado em questões de justiça. “Olhar para algo do ponto de vista moral envolve não olhar para nosso próprio entendimento de nós mesmos e do mundo como o padrão por meio do qual podemos universalizar um modo de ação. Ao invés disso, o ponto de vista moral envolve checar sua generabilidade do ponto de vista de todos os outros” (Habermas, 1990:112).

Benhabib (2009) consideram questionáveis certos preceitos que fundamentam o modelo da democracia deliberativa, especialmente no que se refere às demandas de igualdade, imparcialidade e inclusão irrestrita. De forma geral, todos apontam que os princípios deliberativos, ao valorizarem a força do melhor argumento, desconsideram os constrangimentos de poder e as desigualdades econômicas e sociais das situações de troca comunicativa, retirando o indivíduo de seu contexto concreto de vida e inserindo-o em uma situação ideal na qual não são considerados a “desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e a elevação de outros” (Young, 2001:370).

Como as normas que regem o processo de deliberação privilegiam o discurso formal e a capacidade de se expressar de forma clara e objetiva, nem todos conseguem dele fazer parte. Sobre as questões de imparcialidade e igualdade, por exemplo, Kohn afirma que a deliberação ainda privilegia os interesses dos poderosos, uma vez que a política é a expressão da hegemonia, de um padrão específico de relações de poder e isso acarreta sempre alguma forma de exclusão.

(...) colocar a deliberação no centro da teoria política tem certos efeitos que podem ser questionados. Significa pensar que a defesa da igualdade e da imparcialidade pode privilegiar estratégias comunicativas da elite, encorajando a reprodução de hierarquias já existentes. (...) O que é preciso é resistir e desafiar visões hegemônicas da vida em comum (Kohn, 2000:426).

Kohn ainda afirma que qualquer forma de solução para problemas morais que coloca entre parêntesis o fato de que a competência linguística é desigualmente distribuída está privilegiando a reprodução de desigualdades sociais e políticas.

A ênfase no discurso esconde o fato de que mesmo a competência linguística é distribuída hierarquicamente/desigualmente e está implicada na reprodução de exclusões. Os participantes não usam as mesmas expressões linguísticas e da mesma forma. Se a racionalidade está no uso que os sujeitos fazem da linguagem, então não existe uma só forma de racionalidade, nem uma só forma de linguagem. E todas elas têm relação intrínseca com o poder (Kohn, 2000:408).

Mouffe (2005) também critica a forma de racionalidade deliberativa, constantemente reiterada por Habermas. Segundo ela, o problema com o ideal de racionalidade é que ele nos cega para o uso do poder e para as exclusões inerentes a todo processo de decisão. Mouffe ainda acentua que as abordagens racionalistas de democracia deixariam de lado a questão das condições de existência do sujeito democrático.

A falha do modelo deliberativo para abordar a questão da cidadania seria consequência de uma concepção do sujeito como anterior à sociedade, portador de direitos naturais, agentes racionais capazes de ampliar seus horizontes e adotar um ponto de vista moral via uso racional da linguagem. Nesses casos, os sujeitos são abstraídos de relações sociais e de poder, linguagem, cultura e todo um conjunto de práticas que tornam a ação possível (Mouffe, 2005:95).

Nesse sentido, diante destas e de outras críticas já endereçadas ao modelo habermasiano de democracia deliberativa, podemos nos perguntar: será que a deliberação é o melhor caminho para que, nas sociedades contemporâneas, sujeitos e grupos possam encontrar respostas justas para os problemas que os atingem? O modelo deliberativo apresenta-se para nós como horizonte ideal de busca por uma forma de resolução de conflitos e problemas coletivos “que una sem apagar a separação, que ligue sem negar as diferenças, que indique o comum e o que é compartilhado entre estranhos, sem privar o outro da condição de outro” (Habermas, 2001:10). Ainda que possamos apresentar e comprovar empiricamente os hiatos existentes entre os exigentes requerimentos normativos e as interações que se configuram perpassadas por inúmeros constrangimentos de poder, desigualdades e assimetrias, acreditamos que o modelo nos direciona para uma prática e uma vivência comunicacional da democracia, uma vez que coloca as interações mediadas pela linguagem (e suas estruturas de poder e dominação) como atividade de construção (modelagem) de um mundo comum no qual os sujeitos, enquanto atores e não observadores distanciados, constituem sua autonomia política e interferem na criação da realidade social na qual estão inseridos.

50

Esferas públicas digitais

Diversos autores (Schneider, 1997; Tsagarousianou, 1998; Lev-On e Manin, 2009) enfatizam que não se pode afirmar que espaços on-line que permitem a troca recíproca de pontos de vista constituem-se de antemão como esferas públicas. Segundo eles, deve-se ter cautela em apontar os fóruns on-line como esferas públicas, pois a troca argumentativa que caracteriza uma esfera pública é inclusiva, reflexiva, conflitiva, organizada pela negociação e justificação de argumentos que se sustentam por evidências e razões, além de se estruturar em torno de um tema político que se caracteriza como de interesse coletivo. Não raro, o tipo de troca comunicativa que acontece on-line pode caminhar na contramão dessa definição, pois, na maior parte do tempo, as expressões na rede são mais emocionais do que racionais (a polarização impede a pluralidade); as conversações na rede nem sempre se apoiam sobre argumentos logicamente válidos e um bom número de opiniões não é

acompanhado das justificações necessárias; há pouca tolerância e respeito frente a pontos de vista diferenciados; há constantemente intervenções que desviam os interlocutores do assunto e produzem uma ruptura quase que irreversível no discurso (Delli Carpini *et al.*, 2004).

Além disso, como destaca Habermas, a formação de uma multitude de mini-espços públicos especializados na web pode fazer com que os sujeitos restrinjam suas interlocuções àqueles espaços que congregam os temas de sua preferência e os interlocutores que pensam como eles:

O crescimento de milhões de salas de bate-papo (*chat rooms*) fragmentadas através do mundo tende a uma fragmentação de amplas audiências de massa, porém politicamente focadas, em um grande número de públicos isolados e voltados para uma única questão (Habermas, 2006:414).

51

Certamente a internet pode abrigar esferas públicas nas quais prevalece o agir orientado ao entendimento. Mas é preciso que tenhamos sempre em mente que a comunicação em rede é intermediada por softwares e condicionada por protocolos que delimitam os conteúdos e os formatos de interação. A assimetria entre interagentes no interior do ciberespaço coloca em dúvida se os atos de fala e a liberdade comunicativa são minimamente equilibrados nas interações entre os que dominam ou entendem os códigos e os que não entendem (Silveira, 2009). Tais assimetrias nas relações e oportunidades de acesso à rede interconectada dificultam a participação paritária dos indivíduos e a própria constituição de esferas públicas on-line. O uso da linguagem de forma clara, para que todos se entendam mutuamente, também é uma barreira na internet, já que existem comunicações cifradas e nem todo significado atribuído a um proferimento ou sentença é entendido por todos os participantes.

Mesmo levando em conta as diversas possibilidades de construção de esferas públicas on-line, os autores mencionados são cautelosos ao apontar a internet como espaço capaz de abrigar tais esferas. Eles salientam que a ampla possibilidade de expressão nos espaços digitais não garante a formação de esferas de debate; não assegura ao sujeito ser ouvido e considerado e não indica que os argumentos proferidos serão compreendidos, pois a igualdade não é exatamente uma característica das trocas em rede. “Redes existem apenas em situações de assimetria ou incongruência. Se não, nenhuma rede seria necessária – pares simétricos podem se comunicar, mas pares assimétricos devem ‘se enredar’” (Galloway, 2010:89).

A internet, com todas as críticas que lhe podem ser feitas, amplia a visibilidade de informações e acontecimentos, além de abrigar inúmeros potenciais espaços de trocas comunicativas. Sem deixar de

lado as barreiras digitais da rede, Maia (2008b) também observa o potencial democrático e deliberativo da internet. De acordo com ela, a “rede pode proporcionar um meio pelo qual o público e os políticos podem comunicar-se, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos” (2008b:277). Nesse sentido, Silveira (2009) e Girardi Júnior (2009) mostram que o conceito habermasiano de esfera pública pode ser compatibilizado com o mundo digital. Segundo eles, o ciberespaço pode abrigar debates que possuam contornos deliberativos, dados, sobretudo, pelos princípios normativos que estruturam a ação comunicativa habermasiana. Alguns desses princípios, como veremos adiante, serão utilizados como base para refletir e analisar a participação política daqueles que são afetados pelo Projeto de Lei do Ato Médico em espaços de discussão on-line.

Uma ressalva importante merece ser feita aqui: analiticamente, em vez de procurarmos deliberações pontuais e intensas nos espaços das redes sociais, consideramos mais profícuo observar as conversações que aí se desenrolam, o modo como os interagentes definem o mundo sobre o qual se relacionam, procurando negociar o que é entendido como “comum” na cena performativa de linguagem. Nesse sentido, ao buscarmos analisar como as conversações cívicas on-line podem oferecer contribuições a um processo deliberativo que as ultrapassa (articulando esferas administrativas, institucionais, cívicas e midiáticas), acreditamos que a expressão dissensual da opinião on-line envolve não só a ação de oferecer e justificar argumentos, mas fazer com que os parceiros de interação compreendam os universos discursivos nos quais esses argumentos proferidos fazem sentido. Dito de outro modo, argumentamos que as conversações on-line permitem aprimorar formas de pensar, de formular verbalmente opiniões, interpretar e agir sobre questões políticas que afetam diretamente suas próprias vidas e de outros.

52

Breve contextualização do Projeto de Lei do Ato Médico

Apresentado pelo Senado Federal em 2002, o Projeto de Lei, da forma como está escrito, torna crime diversas atividades praticadas por profissionais da saúde, gerando uma ampla discussão no setor e afetando diversos atores sociais. Grande parte das profissões no Brasil foi regulamentada por Leis Federais no final da década de 1960, no auge do regime militar. São leis na maioria dos casos genéricas, que não definem em pormenores os campos de atuação, principalmente daquelas que são ligadas à área da saúde. No entanto, mesmo sendo reconhecidamente uma das profissões mais antigas da sociedade ocidental, a medicina não passou por essa regulamentação. As competências de médicos estão, até o presente momento, definidas em Resoluções do Conselho Federal de Medicina (Altheman, 2012).

Em 1997, o Conselho Nacional de Saúde reconheceu 13 profissões da saúde de nível superior: assistência social, biologia, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia e terapia ocupacional (Brasil, 1997). Nesse contexto de divisão do trabalho e delimitação dos campos de práticas exclusivas de cada profissional, surgiram os embates entre a corporação médica e as demais profissões da área da saúde em torno da delimitação do chamado ato médico (Guimarães e Rego, 2005). Para preencher essa lacuna, o Projeto de Lei do Ato Médico, cujas bases foram definidas pelo Conselho Federal de Medicina, foi proposto com o objetivo de regulamentar a medicina. Para os médicos, o projeto apenas define seus atos privativos. As demais categorias da área da saúde afirmam que perderão sua autonomia de atuação (Collucci e Pinho, 2009).

Em outubro de 2009, o Projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e seguiu para tramitação no Senado. Desde então, os debates se acirraram nas esferas públicas, sejam elas mediáticas, formais (como as audiências públicas) ou informais (de conversação cotidiana). Presidentes e relatores das comissões do Senado por onde o projeto tramita têm realizado audiências públicas com as lideranças que representam as profissões afetadas. No entanto, a polêmica ainda permanece. Os representantes da área de medicina alegam que o que caracteriza a profissão de médico são o diagnóstico e o tratamento de doenças, e é isso que o projeto pretende garantir. As demais categorias profissionais da saúde têm refutado contundentemente o projeto, alegando que ele pretende centralizar na mão dos médicos as atividades relativas aos tratamentos das mais variadas enfermidades, excluindo os avanços das relações interdisciplinares de profissionais de várias áreas que, em conjunto, podem atuar no tratamento, prevenção e promoção da saúde. O fato é que o projeto tem muitos pontos polêmicos e pesquisadores em saúde pública entendem que é legítima a definição das competências dos médicos, mas, da forma como está proposto, o projeto se mostra corporativista (Collucci e Pinho, 2009). No Senado, depois de grande polêmica e intensos debates, a lei do Ato Médico foi aprovada em duas comissões, a de Constituição e Justiça (CCJ), em 08/02/2012, e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 19/12/2012, aguardando apenas o plenário, que provavelmente será favorável à decisão dessas duas comissões.

Em dez anos de tramitação, diversas esferas públicas de discussão surgiram para debater o tema. Conversas informais, audiências públicas, reuniões em associações e mesmo os *media* passaram a abordar a questão do ato médico e a tentar entender o projeto e como ele afeta a vida das pessoas. Percebe-se que quando um assunto afeta muitos, ocorre um gradativo engajamento das pessoas atingidas, que passam a falar sobre o problema em espaços de interlocução em seu cotidiano. Com o passar do tempo, tal assunto

também pode mobilizar embates na esfera política administrativa e tem diferentes pontos de vista tornados visíveis e articulados pela mídia. Assim, há a formação de diversas esferas públicas parciais, nas quais os concernidos participam de conversações políticas que alimentam um processo deliberativo que as articula em um movimento de tangenciamento ou afastamento constantes.

O YouTube como espaço de conversação política on-line

O potencial do *Youtube* para promover conversações de ordem política e engajar diferentes sujeitos no processo deliberativo se deve ao fato de acreditarmos que o potencial para o debate crítico ocorre em espaços on-line que, a princípio, não possuem como propósito central a discussão sobre temas políticos (Wojcieszak e Mutz, 2009). Assim, vários espaços virtuais, a princípio vistos como não políticos, geram discussão política, expondo os participantes a perspectivas diferentes e convidando-os a se posicionarem. Nesse sentido, o percurso metodológico por nós desenvolvido leva em conta que um processo deliberativo não se apresenta de maneira pontual, mas se desdobra em diferentes momentos no ambiente de conversação on-line. Tal desdobramento leva em conta tanto aspectos ligados às configurações das trocas de enunciados no *Youtube* quanto aspectos configuradores de momentos, que podem ser considerados deliberativos.

Com relação à configuração das trocas, podemos destacar o fato de que o próprio espaço do *Youtube* oferece ferramentas para a construção da conversação e, ao mesmo tempo, aqueles que aí interagem constróem e se apropriam do contexto por elas gerado, aproveitando a experiência que já possuem de exploração da plataforma (Recuero, 2012). No *Youtube*, e também em outros ambientes sociais da rede, há uma forte interseção entre o ambiente e as possibilidades de mediação que ele oferece: articulação com outras redes sociais, mecanismos de busca, citação e indexação (o que amplia as possibilidades de fundamentação e exemplificação de pontos de vista e argumentos, por exemplo). Tal característica é importante, pois o estudo do processo deliberativo on-line não pode desconsiderar que as trocas discursivas que acontecem em uma rede social frequentemente se espriam para outras plataformas, dando origem à uma interconexão de esferas e de conteúdos. A persistência, a possibilidade de responder a qualquer mensagem (postada de maneira síncrona ou assíncrona) e o arquivamento das trocas permitem que os enunciados não só sejam facilmente recuperáveis, como também traçar as diferentes conexões que realizam dentro e para além do espaço no qual foram postados. Certamente, o *design* da interface prescreve certos comportamentos comunicacionais esperados, mas as práticas dos interagentes sempre

contam com usos imprevistos que subvertem algumas dessas configurações.

Quanto às contribuições que conversações políticas no *Youtube* podem oferecer ao processo deliberativo mais amplo sobre o Projeto de Lei do Ato Médico, procuramos observar, a partir das trocas desencadeadas por dois vídeos específicos, como os interlocutores identificavam uma série de possibilidades de abordar o problema; como buscaram compreender as principais nuances da questão; o modo como se deu a apropriação e a contestação crítica dos pontos de vista publicamente disponíveis; e como ocorreu a explicitação das premissas que sustentam pontos de vista. Busca-se revelar se as conversações podem contribuir para a realização dos seguintes princípios normativos que guiam a deliberação: discussão crítico-racional³, reciprocidade⁴ e reflexividade⁵.

No quadro abaixo sintetizamos as principais características da conversação política e suas potenciais contribuições ao processo deliberativo, tomando como base alguns dos princípios normativos elaborados por Habermas:

Características da conversação política	Princípios normativos envolvidos	Contribuições ao processo deliberativo
Definição e compreensão do problema em causa.	Discussão crítico-racional	Identificar uma série de possibilidades de abordar o problema. Procurar compreender as principais nuances de uma questão. Estabelecer o que é importante para os parceiros de interação. Apropriação crítica dos pontos de vista publicamente disponíveis. Articular o próprio ponto de vista, expressá-lo e sustentá-lo diante dos outros.
Considerar e procurar entender outras perspectivas	Reflexividade	Capacidade de compreender problemas conjuntamente. Examinar criticamente valores, pressupostos e interesses diante de comentários e críticas feitas pelos outros. Conhecer a opinião oposta (compreender ainda que não haja concordância). Explicitação das premissas que sustentam pontos de vista. Disposição para

³ Como os participantes de trocas comunicativas em espaços *on-line* expressam seus pontos de vista sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificados. Para Stromer-Galley (2005), um argumento é racional se a afirmação feita promove evidências que podem ser observadas e confirmadas (apelando para uma base normativa compartilhada), ou negadas empiricamente.

⁴ A reciprocidade indica se os participantes estão se engajando uns com os outros ou se estão simplesmente se dedicando a monólogos, nos quais os parceiros não respondem. Um processo recíproco implica troca de turnos e respostas às afirmações dos outros (quem responde a quem) (Kies, 2010).

⁵ Os participantes em processos reflexivos devem se manter flexíveis para alterar suas opiniões e preferências quando confrontados com críticas ou com argumentos sustentados pelos outros, demonstrando interesse em considerar e entender perspectivas distintas (Graham, 2008).

		rever opiniões e preferências.
Negociação de interpretações sobre o problema em causa: confronto de pontos de vista.	Reciprocidade	Identificar o desacordo e os argumentos em oposição. Justificar posições, oferecer razões embasadas por evidências. Ausência ou presença de dominância, de formas de degradação de participantes e/ou de seus argumentos.

Fonte: elaboração dos autores.

Sem dúvida os princípios normativos fornecidos pela teoria habermasiana para a análise do debate político no quadro de uma esfera pública constituída por interlocutores voltados para o entendimento das leis e normas que os afetam constituem um horizonte de análise profícuo das conversações políticas on-line. Contudo, não se pode tecer uma análise dessas trocas sem levar em consideração que grande parte delas é marcada pela hostilidade, pela desvalorização dos interlocutores e seus argumentos, pelas assimetrias de status entre os participantes e, sobretudo, pela não tematização de injustiças referentes ao próprio reconhecimento dos parceiros como moralmente dignos de serem vistos como interlocutores, como “pares”.

Nesse sentido, em nossa análise buscamos salientar que, a partir das críticas à teoria habermasiana expressas anteriormente, se de um lado essa teoria nos oferece recursos conceituais necessários para pensar os processos de resolução dos desacordos políticos entre os interlocutores (que, a princípio se reconhecem mutuamente como parceiros legítimos e iguais na interação), de outro ela não nos ajuda muito a questionar o modo através do qual esses interlocutores se constituem como tais. Dito de outro modo, parece ser insuficiente avaliar a conformidade e adequação das discussões e conversações políticas on-line aos princípios que guiam o agir comunicacional. Consideramos também necessário examinar como as interações discursivas dão a ver a criação de um espaço polêmico no qual aqueles que se veem em desvantagem ou em condições de desvalorização social se empenham em enunciar seu ponto de vista, em tomar a palavra e alcançar visibilidade para suas demandas.

No caso do debate sobre o Projeto de lei do Ato Médico, é importante considerar que, através de nossa análise das trocas que aconteceram no *Youtube*, os profissionais da saúde se sentem oprimidos e subalternos com relação aos médicos, que normalmente são os chefes e diretores dos serviços de saúde nos quais eles atuam. Veremos nos diálogos transcritos abaixo opiniões como as seguintes: “Acho muito importante o trabalho de todas as profissões, mas cada um deve ocupar o seu lugar...”, ou “o médico toma a decisão porque tem embasamento, os outros executam”. Tais posicionamentos apontam para o fato de que haveria um “lugar social” destinado a cada profissional da saúde, e que cada um deveria se adequar e se

conformar ao seu espaço e papel socialmente e hierarquicamente imposto. Assim, uma cena dissensual que se forma a partir dos debates sobre os vídeos faz emergir questões ligadas à relação desigual que se estabelece entre os sujeitos mais interessados em participar do debate sobre o Projeto: os profissionais de saúde (enfermeiros, fisioterapeutas etc.) e os médicos.

Para Habermas, a existência de uma situação ideal de comunicação já estaria dada, bastando os sujeitos apresentarem seus argumentos e justificando-os reciprocamente a fim de solucionar um problema de interesse coletivo. O modo como a cena de debate se constitui não seria problemático para Habermas, nem mesmo o status dos parceiros de interação, uma vez que o que deve ser avaliado é sempre a “força do melhor argumento”. Os sujeitos que agem comunicativamente parecem estar prontos e preparados para se engajar em um debate, conscientes de sua fala e de seus posicionamentos em uma ordem discursiva, sem questionar o modo como são julgados ou considerados pelos demais. No caso em tela, as conversações que se desdobram no *Youtube* dão a ver uma disputa de sentidos na qual o objeto do diálogo é a verdadeira possibilidade de diálogo, uma vez que alguns parceiros de interação não são reconhecidos como interlocutores válidos pelos outros, mas como “executores” de ordens daqueles considerados como superiores.

57

Conversação política, aspectos deliberativos e criação de cenas polêmicas

Os dois vídeos analisados foram escolhidos devido à quantidade de postagens de comentários argumentativos que eles geraram e que os transformaram em uma espécie de fórum de discussão e apresentação de argumentos e contra-argumentos com relação ao Projeto de Lei. O primeiro vídeo, chamado *Ato Médico Não*⁶, tem três minutos de duração e traz o representante dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais fazendo uma ampla explanação sobre os artigos do projeto que o tornariam nocivo aos profissionais da saúde e à população. Ele também fala a respeito do sistema de saúde no Brasil, alertando sobre a importância do atendimento multidisciplinar no SUS. Vejamos uma sequência de trocas de pontos de vista⁷ nos comentários do vídeo *Ato Médico Não*:

1. “Esse vídeo é a coisa mais mentirosa que já apareceu nos últimos tempos na internet...”

⁶ Disponível em: <www.youtube.com/all_comments?v=dRKvJ6Hwcp4>. Acesso em: 20 out. 2011.

⁷ Os comentários foram colocados na sequência em que foram postados e a grafia foi deixada como publicada no site, incluindo erros gramaticais.

estou certo, existem dois grupos que lutam contra os médicos: 1 – os que não leram a lei

ou tem dislexia, 2 – os que são mal intencionados. SIM AO ATO MÉDICO”.

2. “Dentre os itens que o Ato Médico visa estabelecer, está a privação dos outros

profissionais da saúde, estabelecendo autonomia total ao médico inclusive de áreas que

ele não dêtem nenhum conhecimento, de fato, ele não estudou para isso, ou seja, não

possui embasamento teórico e prático para isso. LUTE VOCE TAMBÉM SEJA

PACIENTE OU PROFISSIONAL DA SAÚDE CONTRA AO ATO MÉDICO E SIM A

FAVOR DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL!!!”

3. “hahahahahaha faz-me rir!!! Não estamos mais na ditadura meu caro!”

4. “Resumindo: DIAGNÓSTICO E PRESCRIÇÃO DE TRATAMENTOS E

MEDICAMENTOS É, SEMPRE FOI, E SEMPRE SERÁ, EM QUALQUER LUGAR

DESSE PLANETA, ATRIBUIÇÕES HISTÓRICAS E ESPECÍFICAS DE 3

PROFISSÕES SECULARES: ODONTOLOGIA, MEDICINA E VETERINÁRIA. NAO HÁ O QUE ARGUMENTAR...”

5. “Plenamente à favor vamos acabar com a ‘indústria da doença’ no Brasil Abaixo o ato

médico.”

6. “VIVER MENOS E SEQUELADOS” – é o lema desse vídeo. Esse vídeo me lembra a reivindicação do uso de ‘doutor’ pelos profissionais da saúde não médicos. É

impressionante a ignorância do presidente do crefito, seu ego ensurdece sua audição. É

simples, não procure mais médicos diga não ao ser atendido por um médico, peça o

profissional da saúde de sua escolha e morra feliz, ou tenha uma limitação permanente.

Seus pais, cônjuje, filhos e netos o agradecem! Parabéns!”

7. “QUE FARSA!!! FALA SÉRIO!!! Na verdade o ato médico garante que o profissional médico, descartando a possibilidade de que o problema do paciente seja grave e, nessecite de intervenção médica, aí sim, passe a outro profissional de saúde o paciente de acordo com suas necessidades. Os médicos não desejaram jamais fazer o trabalho que é comum a outras áreas. No entanto, o que a classe médica não deseja, e nesse ponto é muito engajada e arrojada, é que pacientes com cancer, HIV, etc passem sumariamente a (...)”

8. “Cara, sou estudante de fisioterapia, não tenho nenhuma intenção em ser medica, e tenho certeza que nenhum fisioterapeuta tem essa intenção. Se eu ou qualquer outra pessoa quisesse pagava uma boa faculdade de medicina e dai poderia PRECREVER!!!!!!!!!!!!!! Minha intenção é reabilitar e prevenir possíveis lesões que um paciente possa ter. Mas cabe aqui uma pergunta: o médico sabe TODOS os

procedimentos que um fisioterapeuta sabe? TODO o uso dos aparelhos?
ESCOLHI ser fisioterapeuta!”

As primeiras reações ao vídeo revelam trocas em que os interagentes buscam estabelecer o que é importante a ser levado em consideração. Procura-se identificar uma série de possibilidades de abordar o problema, de compreender as principais nuances da questão e até de identificar os potenciais parceiros de discussão, as premissas que sustentam suas posições e características que potencialmente os tornam um “público”. Na análise dos comentários, é possível detectar traços do que Habermas caracteriza como troca argumentativa. As posições, sob a forma de objeções, demonstrações e contraobjeções, foram construídas de maneira a evidenciar que a maioria dos membros dos fóruns demonstra que conhece o assunto, fundamenta os seus proferimentos de acordo com evidências externas e experiências pessoais e os articula de modo a se configurarem como potencialmente aceitáveis – o que contribui para os princípios deliberativos da discussão crítico-racional e da reflexividade. Contudo, muitos reagem negativamente e muitas vezes agressivamente ao serem refutados, o que contraria os princípios deliberativos da reciprocidade e do respeito mútuo.

59

Ao analisar os comentários acima, percebemos que a maioria dos participantes baseia suas afirmações em justificativas passíveis de serem compreendidas e defendidas, com a tendência para colocar no contexto de sua exposição a sua própria história de vida. No entanto, há também comentários cuja perspectiva não é formulada de maneira explícita, como por exemplo o número 3. Também é possível observar a agressividade exagerada de alguns comentários (número 6, por exemplo), o que prejudica a realização do princípio da igualdade discursiva do debate, tendo em vista que pode desqualificar o interlocutor e inibir a participação de outras pessoas.

Vejamos outro exemplo de troca de comentários em que um participante se manifesta e sustenta seu ponto de vista com argumentos fundamentados e potencialmente aceitáveis por todos, dando abertura à continuidade do diálogo e, por outro lado, a respostas agressivas de outros interagentes, prejudicando a reciprocidade e reflexividade do debate:

“A Organização Mundial da Saúde lembra que ‘A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas em ausência de doença ou enfermidade’. A saúde mental é um aspecto fundamental da saúde, que permite ao ser humano aproveitar plenamente suas aptidões cognitivas, afetivas e relacionais. Uma boa disposição mental possibilita enfrentar as dificuldades da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir para as ações da sociedade”.

“Gostaria que quando os demais profissionais da saúde estivessem doentes não procurassem mais os médicos. Assim eles morreriam logo e acabava essa briga”.

“Gostaria tbm q vc ou alguém da família, qdo estivessem doentes. Depois de procurar os médicos, em seguida não tivesse os demais serviços dos outros profissionais da saúde e ficassem esperando um médico passar de hora em hora para por seu soro, te dar banho, ou colher e realizar exames laboratoriais, fazer um canal em um dente, fazer sua fisioterapia, cuidar de sua parte psicológica ou da sua motricidade oral, manipular o remédio etc. Aí sim acabava essa briga”.

É importante observar que a liberdade discursiva está garantida aos participantes, que não têm suas afirmações suprimidas, apagadas ou mesmo restringidas. Nenhuma mensagem foi removida por um moderador e algumas remoções foram feitas pelos próprios participantes. No entanto, como vimos, as mensagens degradantes e ofensivas ameaçam a igualdade discursiva, apesar de todos poderem participar do debate livremente e haver equilíbrio entre as postagens. O fato de os participantes permanecerem no anonimato colabora para esse tipo de atitude. Além disso, é correto afirmar que as trocas comunicativas em espaços dialógicos da rede nem sempre se apoiam sobre argumentos logicamente válidos e nem sempre as opiniões são acompanhadas das justificações necessárias (Kies, 2010; Marques, 2009, 2010, 2011).

A tolerância e o respeito diante dos pontos de vista diferenciados – os quais só se concretizam por meio da ação de se colocar no lugar do outro – são, de modo geral, dificilmente alcançados nas trocas online, dada a predominância da tentativa de convencimento por meio da retórica, da desvalorização e descrédito atribuídos ao ponto de vista alheio, e da tendência ao reforço de opiniões em grupos homogêneos. Quando as discussões e os interagentes ficam presos aos seus preconceitos, tendem a reafirmar incessantemente suas razões e perspectivas. A pouca tolerância entre os interlocutores conduz a resultados pouco reflexivos e muito mais articulados como uma disputa retórica e estratégica por convencimento. Em situações como essa, a revisão individual de um ponto de vista à luz das considerações dos outros (reflexividade) fica enormemente comprometida.

O segundo vídeo por nós analisado, “Diga Não ao PL do Ato Médico”⁸, tem 30 segundos de duração e é uma espécie de resumo do vídeo anterior. Apresentado por um anônimo (provavelmente um ator), o vídeo traz resumidamente os motivos pelos quais o Projeto de Lei do Ato Médico deveria ser rejeitado da forma como está. Em uma

⁸ Disponível em: <www.youtube.com/all_comments?v=DAn5uXaHDdo> Acesso em: 20 out. 2011.

sequência de comentários postados acerca desse vídeo, é possível observar melhor as questões de reciprocidade e reflexividade:

1. “Se proponha a conhecer o currículo e a formação dada pelas melhores escolas de medicina e residência médica. Aí tu verás quem tem a melhor capacidade de fazer diagnóstico”.
2. “Desta vez vc está coberto de razão, ou pelo menos em parte, isso porque não há duvida que que bons Médicos são sim os profissionais mais indicados competentes para fazer o diagnostico nosológico e solicitar um tratamento.Porém depois disto, é impossível que os Médicos tenham a obrigação e conhecimento de todas as demais profissões(13 no total) e assim saibam determinar COMO E DE QUE MODO cada profissional realizará o seu trabalho. Ou não?”
3. “Eu disse que CERTAS COISAS ditas por CERTAS PESSOAS são em função de recalcque. Considero sim os médicos mais habilitados para diagnosticarem e prescreverem o tratamento que será feito pelos outros profissionais. Aqui escrevo “outros” simplesmente porque são muitos, para poupar espaço. Acho muito importante o trabalho de todas as profissões, mas cada um deve ocupar o seu lugar...”
4. “Quem diz que médico é arrogante, quer salvar seu ego,etc é no mínimo recalcado por motivos bem óbvios. Quantas pessoas que estão contra o Ato Médico não conseguiram fazer medicina? Essas pessoas ignoram a CAPACIDADE DIAGNÓSTICA dos médicos especialistas em cada área e a recomendação do tratamento. Quem entende do funcionamento global do corpo, diagnóstico, tratamento e MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS É O MÉDICO. o Médico toma a decisão pois tem embasamento,os outros executam”.
5. “O que dizer do seu comentário ,se fosse verdade o que disse a respeito dos ‘recalcados’ como vc se refere, a cerca dos 3 milhões de outros profissionais que compõe as outras 13 das 14 categorias de profissionais de saúde.Todos esses profissionais na verdade então queriam ser médicos? Sinceramente acredito que não”.
6. “Quando vc fala que ‘quem entende do funcionamento global do corpo,diagnóstico,tratamento e MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS É O MÉDICO.o Médico toma a decisão pois tem embasamento’ nunca averíamos de saber que houve qualquer, ERRO MÉDICO.Tomara que nunca vc ou alguém que for importante, precise desses profissionais,a quem vc se refere como ‘outros’ talvez então vc entender o tamanho da BESTEIRA que vc escreveu”.
7. “conheço vários médicos que visam só dinheiro e a produção é o que conta, já pensou se ele não tiver outra opção?? tem sim aqueles que estudam muuuito e sabem realmente o que faz, em toda profissão tem isso...fisio,enfermagem, em todas.. porem cada um tem que defender sua profissão da melhor forma,e ser o melhor sempre..mas sem jamais prejudicar o proximo,por isso digo NAO AO ATO MEDICO..pois nenhuma profissão é auto suficiente...”

Nesse trecho do debate on-line, podemos perceber como se constitui a reciprocidade a partir da alternância de comentários entre os participantes. Eles levam em consideração o comentário (argumento) anterior e se engajam uns com os outros, mesmo

quando refutam o argumento. Também podemos observar alguns traços de reflexividade, já que os participantes, quando confrontados pelos argumentos dos outros, se veem compelidos a justificar suas posições, oferecer razões embasadas por evidências e explicitar as premissas que sustentam seus pontos de vista. Demonstram ainda conhecer a opinião oposta, indicando uma disposição para a compreensão e cooperação, ainda que não haja concordância.

Para Stromer-Galley (2005), o que torna uma opinião deliberativa não é somente o fato de ela ser construída por meio de uma cuidadosa consideração de evidências e argumentos de apoio, mas o fato de ela ter sido confrontada pela visão oposta dos outros. Por isso, a reciprocidade nos revela em que medida os participantes trocam opiniões, pedem esclarecimentos, incorporam e/ou respondem aos pontos de vista de seus interlocutores. O fato de proverem respostas reciprocamente, e por escrito, indica que os participantes da discussão refletem sobre os argumentos propostos, que os conhecem e que, de certa forma, entendem o que seus interlocutores querem dizer. Essa dinâmica permite a valorização e o desenvolvimento de habilidades cívicas como, por exemplo, o exercício de explicar, revisar e transformar perspectivas à luz das observações e indagações feitas pelos outros.

Como mencionamos, os ambientes de conversação cotidiana on-line não estão livres de formas de comunicação como a ofensa, o rancor, a raiva e a animosidade. Mas nossa observação acerca das trocas comunicativas em torno do Projeto de Lei revela que essas formas às vezes são necessárias não só para promover o respeito mútuo a longo prazo, mas para revelar formas de injustiça ou fazer com que os outros as experimentem. Ninguém ouve sempre atentamente os outros, e membros de grupos dominantes acham que não precisam ouvir os membros de grupos subordinados. Então, os subordinados podem investir na motivação dada pela raiva.

Além disso, essa troca conversacional capturada a partir do vídeo “Diga Não ao PL do Ato Médico” não pode ser vista como o processo resultante de um debate racional entre sujeitos constituídos e vistos como parceiros moralmente iguais e capazes de produzir e defender seus argumentos. Não é somente o conteúdo dos proferimentos e a atribuição de validade que lhes é feita ou não que está em jogo na discussão aqui recortada, mas também, e principalmente, a própria consideração dos interlocutores enquanto tais quando se constituem junto com o aparecimento de uma cena polêmica de desentendimento (Rancière, 1995). O filósofo Jacques Rancière, em sua crítica a Habermas, afirma que seria ingênuo conceber a política como processo de debate entre sujeitos que discordam e negociam seus interesses acerca de questões específicas, pois sempre um dos parceiros de interlocução está submetido à desigualdade de tal forma que se coloca em dúvida a sua existência como sujeito e sua capacidade de participar do debate, de modo que seus argumentos tendem a não ser vistos como racionais pelos outros parceiros.

“Como Rancière enfatiza, contra Habermas, a luta política não é apenas um debate entre múltiplos interesses, mas, simultaneamente, uma luta para que uma voz seja ouvida e reconhecida como uma voz de um parceiro legítimo.” (Zizek, 2004, p.70).

A razão pela qual a política não pode ser identificada com o modelo da ação comunicativa é que ele pressupõe que os parceiros já estejam constituídos enquanto tais, e as formas discursivas das trocas implicariam uma comunidade de discurso na qual os constrangimentos já estariam explicitados. O que é próprio do dissenso é que os parceiros não estão de antemão constituídos, nem o objeto de discussão e nem mesmo a cena de conflito. Aquele que deseja mostrar que faz parte de um mundo comum que o outro não vê, não pode se valer de uma lógica normativa implícita (Rancière, 2004, p. 244).

Assim, uma primeira distinção que Rancière traça com relação ao agir comunicacional de Habermas é expressa pela afirmação de que os parceiros não estão de antemão constituídos, nem o objeto de discussão e nem mesmo a cena de conflito. Uma segunda distinção está ligada à concepção que cada um deles apresenta acerca da noção de igualdade. De um lado, Habermas indica a igualdade como princípio normativo básico para a realização de discussões práticas a respeito de questões de interesse comum. A igualdade discursiva assegura a troca política enquanto princípio que afirma a ausência de coerções de poder entre os interlocutores (o que conta é a prevalência do melhor argumento), deixando de lado desigualdades materiais, de gênero e de etnia por meio da equiparação entre as capacidades comunicativas e argumentativas dos interlocutores. De outro, Rancière argumenta que a igualdade assegura a troca política justamente por ser algo a ser posto à prova, a ser verificado constantemente pelos sujeitos. A política, segundo ele, se constitui justamente porque coloca em questão a pretensa igualdade que existiria entre os sujeitos que participam de um debate. Enquanto Habermas parte de uma ideia de comunidade estruturada em torno do pressuposto da igualdade (todos podem e estão em condições de formular e apresentar argumentos na esfera pública, o que aponta que não haveria a necessidade de colocar a igualdade à prova ou de verificá-la), Rancière argumenta que a igualdade não é nunca o ponto de partida, mas objeto constante de uma verificação.

A igualdade não é um valor que invocamos, mas deve ser verificada e demonstrada em cada caso. Ela não está nos princípios da humanidade ou dos direitos, mas no processo argumentativo que demonstra as consequências de um grupo ou indivíduo ser classificado como cidadão, negro (pobre, mulher, gay, etc.). A pergunta a ser feita é: pertencemos de fato a tal categoria? E o que resulta disso? Que cenário ou contexto discursivo e prático esse fato delinea? (Rancière, 2004, p.116).

Nas conversações políticas, os interlocutores seriam chamados a uma disputa discursiva igualitária que envolve: posicionar-se diante dos outros, formular argumentos convincentes e solicitar respostas e justificações dos demais parceiros de interação a respeito de um problema que deixa de pertencer ao pano de fundo das questões problemáticas latentes (Martino e Marques, 2012). Tal disputa, contudo, tem que ser avaliada de modo a evidenciar como os interlocutores, ao se nomearem como pertencentes a esta ou aquela categoria, dela se afastam e buscam tematizar qual é o cenário discursivo que se cria em torno deles. Nos casos das sequências conversacionais aqui analisadas, fica claro que a cena polêmica que se cria em torno de uma pessoa que afirma “sou estudante de fisioterapia, não tenho nenhuma intenção em ser médica” define um contexto discursivo e prático marcado por uma assimetria central, uma linha que separa, em geral, aqueles que ‘podem’ daqueles que ‘não podem’, sinalizando um desejo de cruzar esse limite, negá-lo, jogar com ele. Não se trata, portanto, de tentar apagar essa linha, de acabar com o hiato que separa profissões, capacidades, palavras e espaços de ação. O que está em tela nessas trocas conversacionais é o questionamento das ordens hierárquicas e consensuais nas quais a fala e o lugar ocupado de cada um é definido em termos de sua apropriação e adequação a uma função previamente definida como útil.

É importante assinalar que Rancière por vezes se aproxima de Habermas ao atribuir um papel especial ao diálogo e à argumentação em sua reflexão política acerca da constituição de cenas polêmicas e dos sujeitos que nelas desafiam a ordem consensual que define um tipo desigual de organização de uma comunidade. Essa aproximação torna difícil perceber como a composição dessas cenas e o embate entre os sujeitos que nelas interagem se estabeleceriam sem recorrer à ação comunicativa. Nesse ponto Rancière não se distancia tanto das proposições de Habermas quanto à importância de os sujeitos se fazerem visíveis, ao mesmo tempo em que tornam audíveis e compreensíveis os seus argumentos e demandas. Entretanto, relembramos que Rancière não está preocupado com a justificação recíproca ou a legitimidade dos debates travados nas múltiplas esferas públicas que se estruturam a partir do embate discursivo. Sua reflexão não associa uma forma de racionalidade política com uma suposta atividade comunicacional guiada por regras e princípios que obrigam os interlocutores a se engajarem em relações de compreensão mútua. Ao invés disso, Rancière define a ação política como uma luta dissensual para que o sujeito político seja reconhecido como parceiro legítimo de debate.

Considerações finais

A conversação política on-line pode vir a se configurar como uma dinâmica que permite aos sujeitos se perceberem como participantes de um processo deliberativo que os ultrapassa e que, ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de tomarem a palavra e terem-na inserida em uma rede de esferas públicas digitais. A interação comunicativa destinada à definição e à interpretação de uma questão política possibilita aos sujeitos colocar em prática suas habilidades e conhecimentos, submetendo-os à apreciação e ao julgamento de seus parceiros de conversação. Além disso, as trocas on-line requerem uma tomada de posição no debate com relação aos valores e pontos de vista compartilhados com e entre os interlocutores. As conversações políticas auxiliam os cidadãos a aprimorarem suas capacidades comunicativas e reflexivas ao convidá-los a tomar parte e a assumir os riscos do debate público como, por exemplo, ter seu ponto de vista desafiado e recusado; ser insultado e depreciado; tematizar questões delicadas etc. (Marques, 2009; Altheman, 2012). Assim, Dahlgren (2003) salienta que nem todas as conversações políticas cotidianas podem ser concebidas como relevantes para o debate público. Certamente, nem todos os espaços de conversação e interlocução geram trocas politizadas capazes de gerar reflexividade, reciprocidade e entendimento mútuo. Há conversações que não chegam a politizar-se, há espaços repletos de constrangimentos e há indivíduos que nem sempre almejam ou se sentem motivados a contribuir para o bem comum.

Afirmar que a conversação política on-line pode contribuir com o processo de deliberação pública implica a adoção de uma definição de política que leva em consideração não só a participação ativista e de resistência na rede, mas também a comunicação informal que orienta os cidadãos em direção à busca cooperativa de compreensão e justificação mútua. É possível perceber, em diferentes espaços da rede, uma dinâmica de negociação e contestação de pontos de vista em busca de um entendimento compartilhado de determinadas questões. Entretanto, não se pode afirmar que a presença de diferentes públicos e perspectivas em espaços discursivos on-line transformam, automaticamente, a internet em uma esfera pública (Maia, Gomes e Marques, 2011). A cautela em apontar espaços on-line como esferas públicas deriva do fato de que os diferentes tipos de arquitetura discursiva dos espaços on-line possuem tanto o potencial de constranger quanto de facilitar a abertura, o uso da razão, a criatividade cultural, a auto-organização e a solidariedade.

Como vimos, uma análise de espaços de conversação política on-line precisa contemplar, para além de uma verificação da presença de reciprocidade, reflexividade e discussão crítico-racional, a relação desigual que se estabelece entre os interlocutores, além da configuração da própria situação de comunicação/interlocução. Essa dupla preocupação tem como pressuposto o fato de que os sujeitos

não se apresentam prontos como interlocutores de um debate, conscientes de sua fala e de seus posicionamentos em uma ordem discursiva, mas se tornam seres de palavra nos momentos em que criam e se engajam em espaços de enunciação conflitiva. Tomar a palavra implica posicionar-se e isso leva à uma indagação acerca da caracterização do espaço discursivo que se constitui em torno de um sujeito que se auto-denomina “fisioterapeuta”, “médico”, “enfermeiro”, etc. Tanto os argumentos dispostos no debate quanto a criação de uma cena na qual os sujeitos se fazem interlocutores devem ser criticamente avaliados.

Assim, faz-se necessário conhecer melhor espaços de conversação on-line como o *Youtube* e seu potencial de conectar indivíduos dessemelhantes para produzir uma fala política intersectada, capaz de promover relações com as diferentes discussões e espaços políticos (formais e informais) que integram o amplo processo deliberativo acerca do Projeto de Lei do Ato Médico.

Referências

ALTHEMAN, F. (2012) Esferas Públicas de conversação política: processos de comunicação para a construção de cidadania entre profissionais da saúde. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012, Fortaleza. Anais do XXXV Intercom. São Paulo: Intercom, v. 35.

BENHABIB, S. (2009) Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, A. C. S. (org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas – textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 109-141.

BRASIL. (1997) Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 218, de 1997. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 mai. 1997. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/conselho/resol97/res21897.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

COLLUCCI, C.; PINHO, M. (2009) Projeto de lei cria polêmica entre categorias da saúde. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 nov. Folha Cotidiano, p. C11.

CONOVER, P.; SEARING, D.; CREWE, I. (2002) The Deliberative Potential of Political Discussion, *British Journal of Political Science*, v. 32, pp. 21-62.

DAHLGREN, Peter. Reconfigurer la culture civique dans un milieu médiatique en évolution. In: *Questions de Communication*, v. 3, 2003, pp. 151-168.

DELLI CARPINI, M.; COOK, F.; JACOBS, L. (2004) Public Deliberation, Discursive Participation, and Citizen Engagement: a review of the empirical literature, *Annual Review of Political Science*, v. 7, pp. 315-344.

FRASER, N. (1990) Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, Duke University, nº 25/26, pp. 56-80.

GALLOWAY, A. (2010) Qual o potencial de uma rede? In: SILVEIRA, S. A. da (Org.). *Cidadania e redes digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010, pp. 87-99.

GIRARDI J. R., L. (2009) Trocas simbólicas no ciberespaço e os processos de construção de esferas públicas interconectadas. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio et al. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, pp. 90-106.

GOMES, W. (2008) Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, pp. 117-162.

GRAHAM, T. (2008) Needles in a haystack: a new approach for identifying and assessing political talk in nonpolitical discussion forums. *Javnost-the public*, v. 15, n. 2, pp. 17-36.

GUIMARÃES, R.; REGO, S. (2005) O debate sobre a regulamentação do ato médico no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-17, set. – dez. 2005. Disponível em: <<http://portal.revistas.bvs.br/index.php?issn=1413-8123&lang=pt>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

HABERMAS, J. (1990) “Jürgen Habermas: Morality, Society and Ethics – an interview with Torben Hviid Nielsen”, *Acta Sociologica*, n. 33, v. 2, pp. 93-114.

HABERMAS, J. (2001). A Escola de Frankfurt, *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 22/07/2001.

HABERMAS, J. (2003) *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HABERMAS, J. (2006) Political Communication in Media Society – does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research, *Communication Theory*, v. 16, pp. 411-426.

KIES, R. (2010) *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan.

KOHN, M. (2000) Language, power, and persuasion: toward a critique of deliberative democracy, *Constellations*, Oxford, v. 7, nº 3, pp. 408-429.

LEV-ON, A.; MANIN, B. (2009) Happy Accidents: deliberation and on-line exposure to opposing views. In: DAVIES, T.; GANGADHARAN, S. (eds.). *On-line deliberation: design, research, and practice*. California: CSLI Publications, p. 105-122.

MAIA, R. (2008a) Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, p. 195-220.

MAIA, R. (2008b) Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, W. & MAIA, R. (Orgs.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, p. 277-292.

MAIA, R.; GOMES, W.; MARQUES, F. (Orgs.). (2011) *Internet e Participação Política no Brasil*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina.

MARQUES, A. (2009) La conversation civique sur internet: contributions au processus délibératif, *Estudos em Comunicação/Études en Communication*, v. 5, p. 21-52.

MARQUES, A. (2010) A conversação informal na internet: condições interacionais e contribuições para uma análise qualitativa. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V. & MARTINO, L. C. (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, p. 315-340.

MARQUES, A. (2011) Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação on-line. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 6, p. 19-40.

MARTINO, L. M. ; MARQUES, A. (2012) Política na hora do chá: ética e identidade no debate on-line sobre uma bebida. *Comunicação, Mídia e Consumo* (São Paulo. Impresso), v. 9, pp. 49-74.

MOUFFE, C. (2005) For an agonistic model of democracy. In: *The democratic paradox*. Londres: Verso, pp. 80-107.

RANCIÈRE, J. (1995) *La Mésentente- politique et philosophie*. Paris, Galilée, 188p.

RANCIÈRE, J. (2004) *Aux bords du politique*. Paris, Gallimard, 262p.

RECUERO, R. (2012) A conversação em rede. Porto Alegre: Sulina.

SCHNEIDER, S. (1997) *Expanding the public sphere through computer-mediated communication: political discussion about abortion in a usenet newsgroup*. Tese de PhD. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology/MIT Political Science.

SHAPIRO, I. (1999) "Enough of Deliberation: politics is about interests and power". In: MACEDO, S. (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, pp. 28-38.

SILVEIRA, S. A. da. (2009) Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio et al. (orgs.) *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, pp. 70-89.

STROMER-Galley, J. (2005) Decoding deliberation on-line. Paper presented at the Second Conference on On-line Deliberation, Palo Alto, California.

TSAGAROUSIANOU, R. (1998) Electronic democracy and the public sphere: opportunities and challenges. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI, D.; BRYAN, C. (Eds.) *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. London: Routledge, pp. 167-178.

WOJCIESZAK, M.; MUTZ, D. (2009) On-line groups and political discourse: do on-line discussion spaces facilitate exposure to political disagreement?, *Journal of Communication*, v. 59, p. 40-56.

YOUNG, I. (2001) Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: Souza, J. (ed.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília: Editora da UnB, p. 365-386.

ZIZEK, S. The Lesson of Rancière. In: RANCIÈRE, J. *The politics of aesthetics*. London, Continuum, 2004, p. 67-79.